

# PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

## BOLETIM JURÍDICO Nº 62

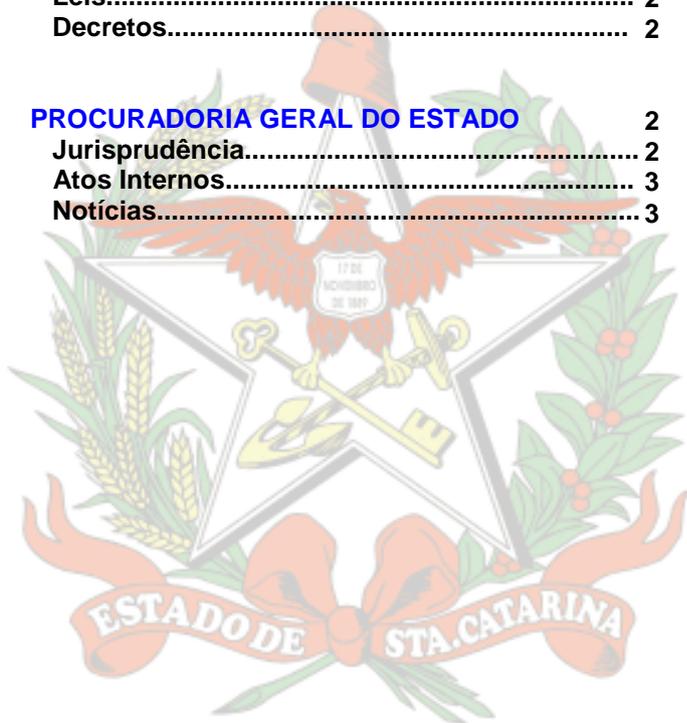
Setembro - 2014

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

<b>PROCURADORIA GERAL DO ESTADO</b> .....	<b>2</b>
Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO  
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL  
DO ESTADO  
João dos Passos Martins Neto

SUBPROCURADOR-GERAL  
DO CONTENCIOSO  
Ricardo Della Giustina

**LEGISLAÇÃO****ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 633, de 8 de agosto de 2014**

Dispõe sobre a elevação de entrância de Promotorias de Justiça e a reclassificação de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 634, de 8 de agosto de 2014**

Reajusta o piso salarial do Quadro de Pessoal do Ministério Público e adota outras providências.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 635, de 12 de agosto de 2014**

Transforma cargos do Quadro da Magistratura do Poder Judiciário Estadual.

**LEI Nº 16.445, de 5 de agosto de 2014**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2015 e estabelece outras providências.

**LEI Nº 16.446, de 7 de agosto de 2014**

Fixa o Valor Referencial de Vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

**LEI Nº 16.447, de 7 de agosto de 2014**

Cria cargos de Analista Financeiro do Tesouro Estadual, Classe IV, na Carreira de Gestor Público, na Secretaria de Estado da Fazenda.

**LEI Nº 16.448, de 8 de agosto de 2014**

Assegura aos professores da Educação Básica, no exercício da profissão, o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos de natureza cultural e de lazer.

**LEI Nº 16.465, de 27 de agosto de 2014**

Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO Nº 2.347, de 8 de agosto de 2014**

Altera dispositivo do Decreto nº 4.918, de 2006, que institui Fundo de Reserva destinado a garantir os depósitos judiciais disponibilizados ao Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei nº 13.186, de 2 de dezembro de 2004, e estabelece outras providências.

**DECRETO Nº 2.348, de 12 de agosto de 2014**

Altera e acresce dispositivos ao Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), aprovado pelo Decreto nº 3.663, de 2010.

**DECRETO Nº 2.382, de 28 de agosto de 2014**

Dispõe sobre o Sistema de Atos do Processo Legislativo e estabelece outras providências.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****JURISPRUDÊNCIA****SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 43249/SC**

Origem: Santa Catarina

Relator: Ministro Humberto Martins

Recorrido: Estado de Santa Catarina

Publicação: 26 de Agosto de 2014

**Ementa:**

Constitucional. Administrativo. Processual civil. Servidor público estadual. Magistério. Lei estadual 6.844/86. Interpretação sistemática. Pagamento do adicional de férias ao recesso escolar. Impossibilidade. Legalidade. Ausência de direito líquido e certo.

**Decisão:**

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão no qual foi negado o pleito de pagamento do adicional de férias sobre período que corresponde ao recesso escolar; no writ se argumenta que os arts. 93 e 94 da Lei Estadual n. 6.844/86 devem ser lidos de forma a localizar a possibilidade de férias de até 60 (sessenta) dias e, assim, seria devido o adicional sobre o período superior aos 30 (trinta) dias.

2. Da leitura dos arts. 93 e 94 da Lei Estadual n. 6.844/86 (Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina) se infere que a Administração pode outorgar um período maior de férias (até sessenta dias), o que não se confunde com o pleito do mandamus, que postula o pagamento do adicional de férias - previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal - sobre o período definido como recesso escolar.

3. "Não se configura, na espécie, violação de direito líquido e certo praticado por autoridade administrativa, porquanto lhe cabe tão-somente cumprir o mandamento contido na lei" (RMS 32.318/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 4.4.2011)

Recurso ordinário improvido.

**ATOS INTERNOS****PORTARIA PGE/GAB Nº 33, de 12 de agosto de 2014**

Altera o inciso II do Art. 2º da Portaria GAB/PGE Nº 17, de 13 de fevereiro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º ...

II – auxiliar na elaboração das informações em mandados de seguranças impetrados contra as autoridades judiciárias, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, bem como representar o Estado nas demais ações judiciais concernentes a atos, fatos, contratos e agentes do Poder Judiciário estadual, excluídas as relativas a pretensões de natureza remuneratória de servidores públicos."

**PORTARIA PGE/GAB Nº 36, de 19 de agosto**

#### **de 2014**

Designa Procurador do Estado, como membro efetivo, para representar a PGE no Conselho Gestor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

#### **PORTARIA PGE/GAB Nº 37, de 20 de agosto de 2014**

Aprova o Regulamento da edição de 2015 da Revista da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina.

## **NOTÍCIAS**

### **Em 2014, SC vai pagar R\$ 206 milhões de precatórios e RPVs**

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Nelson Schaefer, o procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, e o secretário estadual da Fazenda, Antonio Gavazzoni, anunciaram no final de agosto, a liberação de R\$ 80 milhões provenientes de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios. O valor deve quitar dívidas judiciais relativas a quatro anos de orçamento

(2003/2006) e beneficiar aproximadamente 3,4 mil pessoas. A operação é respaldada pela Lei Federal Nº 11.429/2006, que autoriza os estados a utilizar 70% dos depósitos tributários para pagamento de precatórios, mediante instituição de um fundo garantidor.

De acordo com o controle de pagamentos feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), através do Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, os recursos liberados nesta quinta-feira se somam aos valores já pagos pelo Estado até o mês de julho: R\$ 54 milhões de precatórios e R\$ 27 milhões de Requisições de Pequeno Valor (RPV), chegando a R\$ 161 milhões.

Até o final do ano, existe a previsão do pagamento, com recursos próprios do Estado, de mais R\$ 30 milhões de precatórios e outros R\$ 15 milhões de RPVs. Dessa forma, o total repassado pelo Estado para quitação de dívidas originadas por decisões judiciais chegará a R\$ 206 milhões em 2014.